

Mover-se nas fronteiras: percursos, políticas e saberes transfronteiriços

Flávia Melo¹

Doutoranda no PPGAS da Universidade de São Paulo

fmcunhamelo@gmail.com

Resumo

Perseguindo os movimentos de diferentes personagens, eu inclusive, no território amazônico concebido como a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, experimento neste artigo um exercício de reflexividade antropológica forjado na contextura de diferentes biografias e cartografias nas quais a produção de territórios, de fronteiras nacionais e identitárias embaralham-se a políticas de Estado, crônicas familiares e temporalidades diversas. Revisitando uma intensa experiência de ensino e pesquisa em antropologia nessa mesma região, especulo sobre os seus efeitos e contribuições para uma teoria etnográfica na fronteira.

Palavras-chave: fronteiras; percursos; estado; etnografia.

Abstract

Pursuing the movements of different characters, including myself, in the Amazonian territory conceived as the triple frontier between Brazil, Peru and Colombia, I experiment in this article an exercise of anthropological reflexivity forged in the context of different biographies and cartographies in which the production of territories, national frontiers and identity issues are shuffled to state policies, family chronicles and diverse temporalities. Revisiting an intense experience of teaching and research in anthropology in the same region, I speculate on its effects and contributions to an ethnographic theory at the frontier.

Keywords: border; routes; state; ethnography.

1 Professora da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas/PROPG (2016-2018). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior/PDSE (2018-2019) Processo 88881.187521/2018-01.

Introdução

Proponho neste artigo um exercício de reflexividade antropológica em que rememoro e lio diferentes percursos². Minha contribuição para o dossiê “Corpos, fronteiras, gênero e sexualidade”³ consiste, pois, na composição de uma narrativa forjada na contextura de diferentes biografias e cartografias nas quais a produção de territórios, de fronteiras nacionais e identitárias embaralham-se a políticas de Estado, crônicas familiares e temporalidades diversas.

No decurso dos anos 2000, a implementação de um conjunto de políticas públicas para a interiorização da educação superior, a proteção social e a equidade de gênero transformaram a feição da institucionalidade pública em muitas cidades brasileiras, antes notada quase exclusivamente pela existência de quartéis militares, delegacias de polícia e cartórios judiciais. Esse foi o caso de pequenas cidades amazônicas situadas na tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia, como Benjamin Constant, município onde se instalou o primeiro curso de graduação em antropologia do país⁴.

Em 2010, como centenas de outras profissionais de nível superior, eu chegava a essa cidade para trabalhar como professora no recém-criado campus universitário. Embora componente de minhas crônicas familiares, aquela *fronteira*⁵ até então desconhecida, pouco a pouco, materializou-se noutros territórios, corpos e trajetos que transmutaram o meu desejo pela aventura profissional em uma intensa e prolongada experiência de (re) descobertas, o que me conduziu, também, a um profundo e profícuo incômodo com o fazer antropológico ali produzido.

“O que acontece com gente como eu que está ali no entre-lugar de todas essas categorias diferentes?”. Ao rememorar o meu próprio percurso, essa indagação da chicana

2 *Percurso* (singular ou plural) será empregado como sinônimo de trajeto ou caminho. A acepção atribuída aos termos advém dos trabalhos de Tim Ingold (2015) para quem “cada ser é instanciado no mundo como um caminho de movimento ao longo de um modo de vida” (Ingold 2015:26). Consonante ao autor, optei por seguir os percursos traçados pelos movimentos de vidas e de fazeres antropológicos.

3 Agradeço a Jose Miguel Olivar (USP) e Guilherme Passamani (UFMS) o acolhimento deste trabalho. Agradeço também aos diálogos que me permitiram aperfeiçoá-lo, especialmente com Silvana Nascimento, Catarina MorawaskaVianna, Adriana Vianna e Fabio Candotti. Maria Inez Melo, José Cícero da Silva e Rizonete Gomes compartilharam generosamente os relatos que compuseram parte significativa deste texto.

4 Em 2006, a Universidade Federal do Amazonas iniciou o primeiro curso de graduação em Antropologia do Brasil. Na mesma época, o Ministério da Educação autorizou a criação de outros cursos na Universidade Federal da Paraíba (2007) e na Universidade Federal de Pelotas (2008). A Associação Brasileira de Antropologia organizou um fórum e uma coletânea em que se analisa o início dessas experiências (Tavares et al. 2010).

5 Utilizarei *itálico* para enfatizar algumas expressões em língua portuguesa, como *fronteira*, ou para expressões em língua estrangeira. As “aspas duplas” serão empregadas apenas para citações. Expressões regionais ou termos êmicos são explicados em notas de rodapé quando necessário.

Gloria Anzaldúa (2000:215) ressoou em meus pensamentos e se constituiu um imperativo ao caminho que eu traçava *entre fronteiras*. Não por acaso, adquiriu cada vez mais relevo entre minhas preocupações acadêmicas e impactou o meu fazer antropológico. Aqui, pretendo demonstrar a formação de um prolongado esforço reflexivo e metodológico em que – por meio de uma biografia generificada das fronteiras vividas, lembradas e transformadas – especulo a potência criativa dessa experiência para o esboço de uma teoria etnográfica.

Profundamente interpelada pelas provocações multilíngues de Anzaldúa (1987) e intensamente afetada por sua desestabilizadora “conciencia mestiza”, compus o meu “inventário” reconhecendo as diferentes partes que me compõem e o modo como o meu corpo se transforma e se movimenta pelo mundo, encontrando nesse caminho pessoas, lugares e objetos; e experimentando outras formas de ser e fazer nas fronteiras da Antropologia.

Não desejo com isso avultar uma trajetória excepcional. Escrevo justamente sobre o contrário: percursos biográficos e cartográficos tão ordinários quanto continuamente ocultados pelas incessantes e espetaculares políticas das agências de expansão e de controle dos estados-nação. Tampouco se trata de banal imersão em si mesma *per se*, mas de uma análise auto reflexiva capaz de apreender e apreciar a antropologia cultivada nesses encontros e caminhos.

Crônicas de mobilidades na e para a Amazônia

Além de comandar cerimônias cívicas, Brácio cuidava também da limpeza das vias públicas, gerenciava a produção de alimentos no Pelotão, socorria os civis doentes, administrava os conflitos entre os moradores da pequena vila, organizava bailes e abençoava a união de jovens casais apaixonados. Em suma, fazia às vezes do prefeito, do comerciante, do delegado, do juiz, e, em algumas ocasiões, do padre. Quando deixou o comando do 10º Pelotão, foi substituído pelo tenente Schultz, natural de Santa Catarina, casado com uma filha de colonos alemães, que já se dispusera a ajudar a professora na escola mantida pelo Pelotão. No epílogo da estória, enquanto assiste a um casamento triplo, cheio de simbologia, o novo comandante de Curi-Curi define com poucas palavras a percepção que o Exército tem de sua missão na fronteira amazônica: “É isso que faz a grandeza deste país. Um crioulo, baiano, casa com uma cabocla, um caboclo com uma índia e um branco com uma cabocla. Todos ficarão aqui e terão filhos... Assim vai-se construindo uma pátria”. (Marques 2007: 90)

Componho essa narrativa dezoito anos após minha primeira viagem à Tabatinga. Hoje, *Tabatinga* designa um município brasileiro⁶, no sudoeste amazônico, situado nos limites nacionais de Brasil, Peru e Colômbia. No entanto, se considerarmos a história administrativo-territorial dessa região, notaremos que o território atual desse município pertenceu antes a São Paulo de Olivença (1817-1898) e, depois, a Benjamin Constant (1898-1981). Tabatinga, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant – atualmente municípios autônomos da federação brasileira no estado do Amazonas – foram em passado muito recente localidades componentes de uma região cuja forma administrativa e cartografia foram alteradas muitas e significativas vezes.

Embora filha de tabatinguense, eu conhecia a cidade apenas pelas estórias de assombração narradas por minha bisavó em sotaque *castellano*; pelo tacate⁷ amassado nas mãos de minha avó para os almoços da família; e pelas repetitivas anedotas de velhinhas contrabandistas contadas pelo meu avô materno, sargento do exército brasileiro que cumpriu anos de caserna no pelotão de fronteira daquela cidade. Foram essas mesmas lendas, anedotas e comidas as “pequenas aberturas” que, anos mais tarde, produziram a minha ligação com aquele lugar e com uma parte desconhecida da minha família. Esses vetores e substâncias permitiram-me estabelecer liames com “histórias mais amplas”, com temporalidades e geografias que eu ignorava, “espassando” laços antes “diluídos” no tempo e no espaço⁸.

No início dos anos 2000, quando estudante da graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em Manaus, experimentei uma de minhas breves incursões etnológicas: como estudante extensionista, acompanhei uma assembleia da Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões, na cidade de Benjamim Constant. A bordo de um *boeing 737* da Viação Aérea Rio-Grandense com capacidade para mais de cem pessoas, viajamos eu e outras colegas estudantes, por cerca de três horas. Durante a viagem, olhos fitados na janela da aeronave, eu me perdia entre os ondulados labirintos formados por tênues linhas de cor marrom no denso verde-escuro da floresta. Aterrissamos no aeroporto de Tabatinga e, minutos depois, no porto da mesma cidade,

6 Criado pela Emenda Constitucional do Amazonas nº. 12 de 10/12/1981.

7 Também conhecido como *tacacho*, é um prato preparado com banana pacovã verde (ou com banana-da-terra, em algumas cidades brasileiras) cozida e amassada, temperada com gordura animal e cheiro verde (cebolinha, coentro e chicória).

8 Convém reportar ao conceito de relacionalidades proposto por Carsten (2014: 113). Esta autora, recorrendo a memórias familiares, mobilizou as histórias que escutara de sua mãe sobre o tio hemofílico para pensar como vetores e substâncias eivados de temporalidades e geografias podem espessar ou diluir relações de parentesco. Espessamento e diluição operam nesse caso como metáforas de sangue, substância emblemática na produção das teorias de parentesco, como amplamente discutido em seus trabalhos.

debaixo de uma forte chuva, embarcamos – com certo desequilíbrio – em uma baleeira⁹ que nos transportaria ao nosso destino. A monotonia da viagem de avião (interrompida poucas vezes por esparsas nuvens) cedeu lugar à ininterrupta trepidação da pequena lancha que deslizava habilmente entre grandes troncos de árvores e canaranas¹⁰, enfrentando com destreza o rebojo¹¹ do rio.

Por uma semana, auxiliamos lideranças indígenas a dominar técnicas de elaboração de projetos para captação de recursos e de participação em conselhos de saúde para controle social. Impossível imaginar, na época, que o prédio que nos serviu de abrigo nos dias de reunião se tornaria, anos depois, a sede do Instituto de Natureza e Cultura, campus universitário da Ufam no Alto Solimões¹². Tampouco podia prever que justamente ali, dez anos mais tarde, eu iniciaria minha carreira docente. O rio e a floresta avistados do avião, a agitada viagem em baleeiras que vão-e-vem entres as duas cidades dezenas de vezes ao dia, as refeições com toda sorte de preparo da banana pacovã tornar-se-iam corriqueiros.

Muitas décadas antes, no final dos anos 1940, Manoel (1910-1989), meu bisavô materno, labutava em seringais no Vale do Javari, nas proximidades dessa mesma região. O caboclo amazonense era filho de um migrante nordestino cearense que, como milhares de nordestinos, havia se aventurado em um navio e cruzado o Rio Amazonas para trabalhar na exploração do “ouro branco”. Naquele período, Manoel seguia forçosamente os passos do pai. É provável que o meu tataravô materno tenha chegado à região no final do período que a historiografia convencionou designar por “apogeu da borracha” ou “primeiro ciclo da borracha”, ocorrido na passagem do século XIX para o século XX. Essa fase da exploração gomífera na Amazônia foi tão próspera quanto efêmera. Segundo a historiografia oficial, após a perda do monopólio da borracha para empresas inglesas, os seringais amazônicos entraram em crise, sendo revitalizados a partir dos anos de 1940, no contexto da II Guerra Mundial, quando os governos brasileiro e americano assinaram acordos para aumentar a exploração das seringueiras nativas.

Se tratava, portanto, do final da segunda fase de exploração do látex. A “batalha da borracha”, reavivada pelo comércio bélico internacional¹³, terminava. A mão-de-obra

9 Benjamin Constant é um município amazonense vizinho à Tabatinga. O transporte entre as duas cidades é exclusivamente fluvial, realizado principalmente por pequenas embarcações de fibra de vidro, movidas por motores de popa, conhecidas como baleeiras. Hoje, as viagens nessas lanchas com capacidade para 15 a 18 pessoas duram cerca de 40 minutos.

10 Vegetação aquática.

11 Redemoinho de água muito frequente naquele trecho do Rio Solimões.

12 Denominação atribuída à região administrativa composta por nove municípios situados na calha alta do Rio Solimões, no estado do Amazonas: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins.

13 O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (Semta), criado em Fortaleza

nativa não suportava mais a ambição de comerciantes da borracha e, com a recusa de muitas famílias a trabalhar na exploração da seringa, regatões¹⁴ coagiam-nas a adentrar a mata, amedrontando-as com histórias de guerra. Embora a segunda guerra já estivesse no fim e as tropas retornando ao Brasil, Manoel acreditou nas palavras de um tal regatão, e para não ser recrutado ao *front*, fugiu com a esposa e seus quatro filhos para o Vale do Javari. Deixados à própria sorte no meio da floresta e longe do rio, lutavam dia e noite para domar a seringueira, proteger-se da selva e sanar a inacabável dívida registrada na caderneta do regatão que ali os deixara com um punhado de sal, feijão, arroz e carne seca.

Manoel e Sebastiana (1913-2001) construíram uma pequena tapera¹⁵ e permaneceram naquela região por mais de cinco anos. No início, meu bisavô e sua filha mais velha (na época com pouco mais de dez anos) trabalhavam na mata, pelejando para extrair o leite de seringa. Sebastiana ficava na tapera cuidando dos três filhos mais novos, desmatando o terreno ao redor da casa para evitar ataques de onça e cultivando pequenas roças de banana e macaxeira. Certeira no uso da espingarda, para cuidar dos filhos não podia mais dedicar-se à caça. Exímia pescadora de arpão, mas afastada do rio, tampouco podia alimentar bem a si e a sua família. O pagamento da dívida era feito exclusivamente com a borracha extraída por Manoel e a filha, mas como ainda não sabiam retirar o leite e a produção era insuficiente, as anotações na caderneta só aumentavam. Foram anos muito difíceis.

Próximo ao fim da estada na colocação¹⁶ do Javari, encontraram finalmente um lago e Sebastiana voltou a pescar. Ali perto ergueram outra tapera, o roçado vingou e passaram a produzir a própria farinha. Manoel e a filha dominaram cada vez mais a extração do leite da borracha e, com o aumento da produção, pouco a pouco, diminuíram a dívida. Uma doença grave acometeu um dos filhos e a família decidiu abandonar a colocação. Quitado o débito, armazenaram algumas bolas de borracha, deixaram tudo o que ali cultivavam e desceram¹⁷ do Alto Rio Javari para a Ilha do Aramaçá¹⁸ de onde fugiram anos antes por

em 1943 (Prates & Bacha 2011), transportou para a Amazônia cerca de 50 mil pessoas, sobretudo homens e nordestinos, com o objetivo de extrair borracha durante a II Guerra Mundial. Segundo Lima (2013), em 1940, havia cerca de 35 mil seringueiros na Amazônia, mas a produção gomífera de guerra demandava mais de 100 mil trabalhadores. O governo brasileiro, subsidiado pelo norte-americano, financiou o deslocamento de homens do nordeste brasileiro para a região norte, especialmente para os estados do Amazonas, Acre e Rondônia, configurando-se uma importante agência de migração.

14 Comerciantes de miudezas que navegam entre rios e comunidades ribeirinhas.

15 Habitação de acabamento rudimentar, com estrutura de madeira e cobertura de palha.

16 Alocação dos seringueiros para explorar a borracha.

17 Descer e subir o rio são expressões comuns entre as pessoas que navegam os rios amazônicos. Os movimentos de descida e subida acompanham o fluxo das águas. Assim, subir o rio significa navegar contra a correnteza, e descer significa navegar a favor dela.

18 Essa pequena ilha existe ainda hoje e está localizada em frente à cidade de Benjamin Constant. Seu

causa da suposta guerra.

Não descobri as origens precisas de meus bisavôs maternos. Soube tão-somente que chegaram ao Rio Solimões pelo Rio Içá. Quando coagidos pelos boatos de guerra, residiam na Ilha do Aramaçá – onde haviam se casado em 1936 – e viviam da pesca e da caça. Movimentando-se pelos rios Içá, Solimões e Javari; do Vale do Javari para a Ilha do Aramaçá; trabalhando na pesca, na caça, na agricultura e nos seringais, Manoel e Sebastiana, por fim, chegaram a Tabatinga onde nasceram mais oito filhos. O sítio da família, no nascente bairro da Comara, se situava entre a comunidade indígena de Umariacú¹⁹, e a vila militar do Pelotão Especial de Fronteira (PEF). O nome do bairro, *Comara*, referenciava uma antiga pista de terra, em clareira aberta ao lado da vila militar do PEF, preparada pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara) para o pouso dos hidroaviões Catalina e dos aviões C130 que ali pousavam e partiam para outros pelotões mais distantes, como Estirão do Equador, Japurá, Ipiranga e Vila Bitencourt.

No final dos anos 1950, outro nordestino chegava às paragens do Rio Solimões. Recrutado pelas Forças Armadas Brasileiras numa praça portuária do Recife/PE, onde carregava sacos de açúcar, o jovem Cícero (1935-atual) atendeu à convocação do Exército Brasileiro para “servir à nação” e alistou-se, deixando o litoral pernambucano para trabalhar na capital do Amazonas. Em 1957, embarcou no Navio Motor Irineu Evangelista rumo ao Pelotão Especial de Fronteira, em Tabatinga. Irineu Evangelista era uma embarcação comercial que percorria o Rio Solimões transportando mercadorias diversas, alimentos, carros, animais e pessoas. O navio era homônimo do patriarca da navegação amazônica, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá²⁰.

Essas embarcações são ainda hoje o mais popular e acessível meio de transporte para pessoas e mercadorias de toda sorte, entre as cidades e sobre os rios amazônicos. Eu mesma, aos oito anos, vivi uma grande aventura de infância ao percorrer um longo trajeto a bordo de um navio-motor, descendo o rio Madeira até Manaus, com meus avós e todas as

território pertence ao mesmo município.

19 Comunidade indígena da etnia Ticuna, cujo território foi reconhecido em 1998, atualmente conurbada a Tabatinga. Segundo informações do Instituto Socioambiental (www.socioambiental.org), os Ticuna são o maior povo indígena na Amazônia brasileira. Viviam no alto dos igarapés afluentes da margem esquerda do rio Solimões até o rio Içá e hoje habitam toda a região do Alto Solimões, nos municípios de Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Sua história é marcada por violentas relações de contato, como o massacre do Capacete (1988) quando 4 índios foram assassinados, 19 feridos e 09 desapareceram. A este respeito, convém consultar o minucioso e comovente relato de “A lágrima Ticuna é uma só” (Maguta 1988).

20 Em 1852, um contrato de concessão do governo imperial para Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, assegurou o pagamento de uma subvenção pecuniária mensal para implantação da navegação a vapor no rio Amazonas (Gregório 2009: 195).

quinquilharias da família; inclusive o Ford Belina que nos transportara da capital federal para a cidade amazonense de Humaitá. Recordo-me de assistir, atenta e apreensiva, ao traslado de nosso carro da balsa ao convés do navio. Nas madrugadas, o som grave da buzina do navio anunciava a chegada a cada novo vilarejo ou cidade. A cada porto o ritual se repetia: redes desatadas, malas arrumadas, pessoas perfumadas desembarcavam e novas ingressavam, acomodando-se com suas redes coloridas nos vãos deixados pelas egressas. Durante o dia, as refeições servidas pontualmente às seis, doze e dezoito horas eram distribuídas em compridas mesas montadas no mesmo salão em que pendurávamos nossas redes durante a noite.

Quando Cícero chegou ao pelotão de fronteira em 1957 – vinte anos antes de entrar para a reserva militar na cidade de Brasília/DF – o grupamento era formado por algo em torno de trinta homens militares: a maioria deles, soldados nascidos em Benjamin Constant e na Ilha do Aramaçá. Os sargentos e oficiais transferidos de outras cidades brasileiras eram poucos. A maior parte dos homens vivia com suas famílias e os poucos solteiros logo se arranjavam com as mulheres nativas em cerimônias incentivadas pela corporação. Com meu avô não aconteceu diferente: enquanto fazia serviços elétricos nas ruas da Comara, conheceu uma jovem empregada doméstica, Nazaré (1937-1996), minha avó materna, a primogênita de Manoel e Sebastiana, com quem se casou e teve três filhos. A cerimônia de casamento coletivo, presidida pelo capelão militar do PEF em 1959, oficializou, na mesma ocasião, a união de outros vinte casais.

Analisando o povoamento de Tabatinga desde as crônicas de meus familiares e de moradores atuais da cidade, é notável como as relações de parentesco e aliança conformaram-se importante estratégia de estado para o povoamento. É muito frequente na história das famílias da região, como na minha, o casamento de homens do nordeste do Brasil (militares ou trabalhadores da borracha) com mulheres indígenas de diferentes etnias. Essa estratégia militar de povoamento e defesa das fronteiras amazônicas esteve certamente associada a ideários de fixação e miscigenação, e a práticas de reprodução sexual, incentivadas institucionalmente pelas Forças Armadas para a construção da pátria (Olivar e Melo da Cunha 2018).

Assim, as alianças matrimoniais constituídas pela minha família naquele período não eram episódio singular. Afinal, aquela era uma região de consolidação e expansão das fronteiras do Brasil, alvo de políticas de segurança nacional e de ocupação da Amazônia pela forte – e ainda atual – presença militar. E, não por acaso, a carreira militar se configurava, para muitos homens e mulheres, um fator influente para a organização familiar, a segurança financeira e a mobilidade social. Representava, além disso, a possibilidade de viver em

outras cidades, na capital do estado, ou mesmo em outros estados do país.

O militarismo que servia aos interesses estatais como estratégia de fixação e povoamento, representava, para muitas pessoas da região, um meio de mobilidade social e deslocamentos. Não somente minha avó materna, como outras de suas irmãs casaram-se com militares de baixa patente, oriundos de diferentes cidades nordestinas e, depois de alguns anos, passaram a morar na capital do estado, Manaus, onde educaram seus filhos e netos. A influência da carreira militar seria observável na minha família por muito tempo, tendo alcançando outras gerações que conheceram os privilégios da carreira militar, mesmo para baixos oficiais como nossos avós.

Mulheres em movimentos: outros caminhos nos rios amazônicos

Durante a viagem, Domingas se alegrou, quase infantil, dona de sua voz e do seu corpo. Sentada na proa, o rosto ao sol, parecia livre e dizia para mim: “Olha as batuíras e as jaçanãs”, apontando esses pássaros que triscavam a água escura ou chapinhavam sobre folhas de matupá; apontava as ciganas aninhadas nos galhos tortuosos dos aturiás e os jacamins, com uma gritaria estranha, cortando em bando o céu grandioso. Minha mãe não se esquecera desses pássaros, reconhecia os sons e os nomes, e mirava, ansiosa, o vasto horizonte rio acima, lembrando o lugar onde nascera. (Hatoum 2000: 74)

Nas crônicas do patriarca de minha família materna e nos álbuns de família, as mulheres eram coadjuvantes ou, simplesmente, não eram retratadas nas imagens em que os protagonistas, varões destemidos, enfrentavam a selva, a guerra e a pobreza para “proteger”, “ocupar” e “desenvolver” a Amazônia. Parte significativa das análises sobre a ocupação da Amazônia (Reis 1989; Prates & Bacha 2011) têm enredo bastante semelhante: centram-se na descrição e análise da região a partir de projetos fomentados por agências coloniais, missões religiosas, expedições militares ou políticas de estado quase sempre protagonizadas por homens, fossem eles aventureiros, missionários, comandantes, seringueiros ou militares. De fato, convém enfatizar, essas agências desempenham ainda hoje papel fundamental na produção e expansão das fronteiras nacionais, de territórios estatais e no controle de populações.

No entanto, nas lembranças de minha mãe e de outras mulheres da família, os seringais, os casamentos, a vida militar e a cidade são prenes de outros movimentos, protagonizados também por mulheres, o que me permitiu vislumbrar outras imagens e

reconhecer outros caminhos afetivos e identitários. Foram nessas lembranças partilhadas por minha mãe que redescobri as nossas antigas raízes de *mestiçagem*²¹. Minha tataravó materna, mãe de Sebastiana, era índia de origem peruana e se casou com um jovem negro vindo do Pernambuco. Minha bisavó Sebastiana, com quem pouco convivi na infância, era conhecida como mulher impávida. Nas idas e vindas entre a ilha do Aramaçá, o Vale do Javari, Tabatinga e Manaus, pariu e criou doze filhos, outra dezena de netos e alguns bisnetos. Da bisa, como a chamávamos, nunca esqueci as histórias de assombração, o pente dourado com que prendia os longos cabelos lisos e brancos – sempre arrumados em um coque, as lições de bom comportamento na semana santa e as severas advertências sempre proferidas com um acentuado sotaque. Nos últimos meses de vida, senil e adoecida, encostava-se ao portão de sua casa em Manaus para observar na rua de asfalto os barcos que desciam o rio, conversar com o marido e a filha mais velha (falecidos anos antes) e esbravejar em uma língua desconhecida.

Sua filha mais velha, Nazaré, minha avó materna, ainda na infância, enfrentou com o pai as cobiçadas seringueiras no Vale do Javari. Moça feita, morando em Tabatinga, aprendeu a costurar e a cozinhar nas casas de oficiais militares do PEF onde prestava serviços domésticos. Devota de Nossa Senhora de Nazaré, de quem herdou o nome, cuidava com esmero do novenário da padroeira e participava assiduamente de todos os ritos litúrgicos dedicados à santa em uma capela franciscana do povoado de Tabatinga²².

Entre o sítio na Comara, onde vivia com os pais e irmãos, e as ruas da vila militar do PEF, conheceu um soldado nordestino, Cícero. Com ele se casou e teve três filhos: Inez, a mais velha; Darcley, a caçula; e seu único filho homem, a quem deu um nome composto em homenagem ao padroeiro católico do bom parto e ao patrono do exército brasileiro, Raimundo Caxias, nascido no dia do soldado. Não por acaso, o nome de meu tio sintetizou duas importantes formas de governo daquela região: a missionação e o militarismo.

Minha mãe Inez nasceu em junho de 1959 no povoado de Tabatinga, na época pertencente à Benjamin Constant, então “território de segurança nacional”²³. Passou

21 Esse é um termo deveras controverso e extensamente discutido no pensamento antropológico, em diferentes vertentes (Laplantine & Nouss 1997; Moutinho 2004; Stolke 2008). Ciente dos deslizamentos que o emprego do termo produz, assim como das implicações políticas de seu uso, mobilizo-o, neste texto, na mesma e restrita acepção proposta por Anzaldúa (1987).

22 “A presença missionária também é antiga e sabe-se que, em Tabatinga, desde o ano de 1873, havia uma igreja de alvenaria, junto ao forte, dedicada a São Francisco Xavier. Os missionários mantinham uma ótima relação com os oficiais e praças daquele Pelotão Independente, pois várias vezes ao ano, ali estavam para dar assistência religiosa aos militares e civis. A capela de Nossa Senhora de Nazaré foi construída pelo Revmo. Pe. Frei Silvestre de Pontepattoli, juntamente com os militares, quase todos paraenses e devotos de Nossa Senhora” (Silva 2011:78).

23 Em 1898, o território do povoamento de Tabatinga foi incorporado ao recém-criado município de Benjamin Constant (Amazonas-Brasil).

os primeiros anos da infância no Brilhante, bairro às margens do igarapé homônimo, adjacente ao PEF, lado oposto ao da Comara. Estudou na única escola do povoado onde alguns militares e esposas de militares dividiam a tarefa de ensinar as crianças. Estas, em sua maioria, eram filhas de oficiais militares residentes no PEF, de praças²⁴ que moravam na Comara e no Brilhante – como minha mãe –, e de comerciantes locais, alguns de origem portuguesa. Outras dessas crianças, a minoria, eram filhas de *caboclos*²⁵ da comunidade de Umariacú. O caminho hoje asfaltado e percorrido por motos e carros, era improvável em 1965, quando ali se chegava exclusivamente de canoa. E foi de canoa que Inez, aos seis anos, chegou pela primeira vez àquela comunidade.

Em Umariacú, a menina conhecia as afilhadas de sua mãe, crianças com quem conviveu intensamente nos primeiros anos da infância. As tias e tios de Umariacú visitavam Cícero e Nazaré mensalmente. Enquanto Inez e as outras crianças brincavam de subir em ingazeiros, tomar banho no igarapé e cuidar de patos, as comadres trocavam presentes: Nazaré distribuía uma parte dos mantimentos recebidos da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e as roupas que costurava com tecidos que Cícero comprava em Letícia/Colômbia. Em troca, recebia galinhas, banana, macaxeira e farinha. Minha mãe recorda as iguarias que integravam o rancho militar: além de arroz, feijão, macarrão, sal, açúcar, manteiga e bolacha, recebiam jabá²⁶, chouriço, fiambre em conserva, queijo do reino e goiabada.

Aquela, no entanto, não era uma visita familiar à parentela de Umariacú, mas uma excursão escolar para a inauguração da primeira escola de Umariacú, a Escola Estadual Almirante Tamandaré²⁷. Estiveram presentes à cerimônia algumas autoridades militares, o capelão e a comitiva escolar, da qual minha mãe fazia parte. Uma enorme bacia de alumínio com açaí e um grande paneiro²⁸ com farinha de tapioca foram oferecidos aos visitantes. No rito inaugural, não por acaso, as crianças da comunidade apresentaram uma dança “folclórica” e as crianças de Tabatinga uma peça teatral. Minha mãe, que sempre ouvira, em casa, a parentela ser chamada pelo nome próprio, descobria naquela ocasião que os *caboclos* de Umariacú eram índios como aqueles representados por Peri, o herói romântico de José de Alencar. Na peça escolar, Peri foi interpretado por um de seus colegas de escola, vestido com penas de galinha, um arco e uma flecha. Inez protagonizara a

24 Militares de baixa patente, como soldados, cabos e sargentos.

25 Nas memórias de infância de minha mãe, era assim que os moradores de Tabatinga se referiam às pessoas indígenas da etnia Ticuna que viviam em Umariacú.

26 Charque ou carne seca, em outras cidades do Brasil.

27 A escola é hoje considerada uma das mais antigas escolas indígenas bilíngues da região, embora não tenha sido assim desde a sua fundação.

28 Cesto amazônico confeccionado com fibras de arumã em traçado hexagonal.

romântica Cecília, eternizada na ópera de Carlos Gomes.

A diferença aprendida na escola, era produzida também em outros espaços. Anos depois daquela inauguração, em 1968, Cícero foi promovido a cabo e transferido para outro posto, passando a viver com a família no PEF de Cucuí, em São Gabriel da Cachoeira/AM, outra fronteira amazônica na região do Alto Rio Negro. Ali, Inez se descobriu uma menina *branca*, diferente dos índios que passou a temer. Ao deixar Tabatinga, sua mãe recebera das mulheres de militares que haviam morado em Cucuí duas insistentes recomendações: a primeira, alertava-a a recusar qualquer alimento oferecido pelos *índios*, acostumados a matar inimigos envenenados. A segunda, informava-lhe que esses mesmos índios não gostavam de gente de pele clara, como Inez. Esses e outros episódios da biografia de minha mãe revelaram como ela experimentava na infância e adolescência a descoberta de diferenças e percebia a formação de uma certa branquitude e de outras marcas.

A adaptação a Cucuí foi difícil nos primeiros meses. Minha avó, impressionada pelos maus conselhos, temia ser envenenada e por muito tempo evitou laços de amizade e compadrio com a vizinhança. Do mesmo modo, recusava os pães gentilmente oferecidos por uma das novas vizinhas. A cada cesta de pães presenteada, explicava aos filhos as razões de jogar os pães no lixo. O medo do envenenamento e o desejo provocado pelo apetitoso cheiro dos pães eram sentimentos confusos para as crianças.

Por dois anos, Inez frequentou um colégio mantido pelas missionárias salesianas em Cucuí e, em 1970, foi enviada para o Patronato Santa Terezinha, um internato feminino mantido em Manaus pelas mesmas missionárias. Tendo descoberto as diferenças entre a cor da sua pele e a de outras crianças pelas estórias assustadoras sobre *os índios* de São Gabriel da Cachoeira, experimentou no patronato outras diferenças e desigualdades.

Muitas jovens do interior do Amazonas foram (e ainda são) enviadas por suas famílias para estudar na capital do estado. Naquela época, algumas delas eram recebidas e educadas em internatos religiosos, mantidos por missionárias católicas, como o Patronato Santa Terezinha. Outras jovens, certamente a maioria, eram recebidas por famílias que as acolhiam em apadrinhamento com o compromisso de oferecer abrigo, alimento e educação. Em ambas as situações, a família das meninas retribuía com o envio de mantimentos – farinha, peixe, banana e outras frutas –, e as meninas com a prestação de serviços domésticos e, não raras vezes, serviços sexuais, como ocorreu à Domingas de Milton Hatoum (2000). Aliás, a literatura amazônica (Rangel 1908; Hatoum 2000), predominantemente escrita por homens, é povoada por estórias de filhos bastardos, violências de gênero e relações abusivas entre patrões, padrinhos e suas *afilhadas*.

O mesmo não ocorreu a Inez, mas tão logo chegou ao patronato percebeu o modo

como ela e outras crianças eram tratadas. O excesso das tarefas domésticas, as regalias reservadas às meninas de famílias abastadas e a distância dos pais fizeram do internato um lugar insuportável para a menina que, desencantada pelo noviciado, planejou uma fuga frustrada pelo pai que, ao perceber seu descontentamento, a trouxe de volta.

Apesar da má experiência no internato religioso, Inez nutriu o sonho de estudar, voltar a Manaus, viajar e conhecer outros lugares. Sempre me contou, com deslumbramento, a sua primeira viagem aérea a bordo do Catalina. O sonho nascera antes mesmo de a menina conhecer a *capital*. Uma inflamação no joelho direito foi tratada com uma cirurgia malsucedida, realizada pelo único médico do PEF, um ginecologista. O erro médico agravou o problema de saúde e a impediu de andar por dois anos, período em que esteve sob os cuidados diários de um enfermeiro militar, o cabo Carlos. Cresceu cultivando a admiração pelos jalecos brancos, sonhando em se tornar enfermeira. Aos onze anos passou a morar em Manaus com seus pais e irmãos. Tendo deixado Tabatinga e, depois, a vila militar de Cucuí, a adolescente terminou o colegial, estudou administração e aos 17 anos se casou na cidade de Agrestina, em Pernambuco, a terra natal de seu pai – para onde ele retornara com toda a família para cuidar da mãe idosa e adoecida²⁹. Inez conhecera o seu futuro marido ainda em Manaus: um jovem negro do interior goiano, funcionário de uma das primeiras empresas de transporte urbano da capital amazonense. À empresa pertencia a linha de ônibus que minha mãe utilizava para frequentar as aulas na escola Presidente Castelo Branco³⁰.

Do sertão pernambucano meu avô foi transferido para o planalto central e toda a família se mudou para Brasília. Em 1986, meus avós e tios maternos voltaram para o Amazonas³¹ em uma longa viagem de 2800 km pelas rodovias BR 364 e BR 319 percorridos no Ford Belina e mais 700 km navegados pelo Rio Madeira até Manaus. Eu voltava com eles. Minha mãe e meus dois irmãos permaneceram na capital federal por mais alguns

29 A bisavó Inez, de quem minha mãe herdou o nome, era pernambucana, de estatura alta, pele branca e de olhos muito claros. Diz-se que dela alguns de nós herdamos a pele mais clara, como minha mãe. Cega pela quebra do resguardo - a não observância de repouso e dieta alimentar após o parto - quando do nascimento de meu avô Cícero, era mãe solteira e hábil tecelã. Até bem pouco tempo antes de morrer, trabalhou no seu velho tear, cujos fios coloridos eram cuidadosamente ordenados para que ela continuasse a desenhar as redes tecidas com esmero. Eu não a conheci, morreu meses antes de meu nascimento, quando minha família já havia deixado Pernambuco e residia em Brasília, a capital federal inaugurada nos anos 1960.

30 A escola tem o nome do primeiro presidente militar brasileiro após o golpe de 1964 e localiza-se no bairro São Jorge, zona oeste de Manaus. O bairro cresceu ao redor de uma vila militar das Forças Armadas. Muitos militares de baixa patente transferidos para Manaus fixaram residência nas adjacências da vila o que contribuiu para a formação de vários bairros nas proximidades.

31 A família voltava para acompanhar os últimos anos de vida do meu bisavô Manoel, adoecido pelo câncer e falecido antes de conquistar o reconhecimento de seu direito à aposentadoria como soldado da borracha.

anos. Com o fim do casamento, Inez voltou a viver em Manaus. Muitos anos se passaram até que pudesse visitar sua terra natal, Tabatinga. Meio século depois de seu nascimento, quem retornava a esta cidade era eu, sua filha mais velha, para trabalhar como professora universitária.

A viagem de volta: para além da aventura antropológica

Comecei a pensar: Sim, sou chicana, mas isso não define quem eu sou. Sim, sou mulher, mas isso também não me define. Sim, sou lésbica, mas isso não define tudo que sou. Sim, venho da classe proletária, mas não sou mais da classe proletária. Sim, venho de uma mestiçagem, mas quais são as partes dessa mestiçagem que se tornam privilegiadas? Só a parte espanhola, não a indígena ou negra. Comecei a pensar em termos de consciência mestiça. O que acontece com gente como eu que está ali no entre-lugar de todas essas categorias diferentes? (Anzaldúa 2000:215)

Nos anos 2000, a instalação de universidades no interior da Amazônia compunha um conjunto diversificado de políticas criadas ou radicalmente ampliadas no país ao longo dos últimos quinze anos sob o signo do *desenvolvimento*. Refiro-me, principalmente, a políticas de expansão da educação superior, da segurança pública e da proteção social, cujo alcance e efeitos no Amazonas foram notáveis. Para uma vaga ideia desses efeitos apenas na educação, de 2001 a 2011, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) criou 68 novos cursos de graduação, ampliando em 262% as vagas oferecidas em vestibular. Com a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2005, a Universidade Federal do Amazonas criou 30 novos cursos sediados em 5 unidades espalhadas no interior do estado. A interiorização, que implicou na contratação de mais de 500 servidores, incluiu o Instituto de Natureza e Cultura, em Benjamin Constant, onde se implementou, em 2006, o primeiro curso de graduação em antropologia do Brasil. No mesmo ano, surgia em Manaus um programa de pós-graduação na mesma área.

Diferentes concepções convergiam em prol do fomento ao ensino da antropologia no Amazonas. Notas de imprensa do Ministério da Educação destacavam os investimentos milionários do governo federal, justificados pela numerosa presença indígena e pela vocação antropológica da região que atraía pesquisadores de todo o mundo (Bastos, 2006). Essa justificativa antecipava algumas das controvérsias observadas na efetivação daquele

projeto; e uma delas foi a tensão entre uma tradição de distanciamento e alteridade produzida pela pesquisa antropológica feita *na/sobre* a Amazônia por pesquisadores *estrangeiros*, e a formação de estudantes – e, logo, de antropólogas – pertencentes aos grupos de populações tradicionalmente estudados por essa disciplina.

Uma avaliação dos primeiros anos da graduação em Benjamin Constant publicada em coletânea da Associação Brasileira de Antropologia (Tavares et al. 2010) revela uma parte desse conflito:

Como os alunos são da própria região, alguns têm simpatia por algum grupo local, já vem dos movimentos sociais ou da experiência pessoal ou familiar cotidiana em algum segmento, e acabam colocando essa militância, essa ideologia, certa sociologização e politização da antropologia, acima do próprio conhecimento antropológico. Então, a meu ver, é “querer colocar o carro na frente dos bois” e querer fazer militância sem ter fundamentação antropológica sólida que dê sustentação as suas reivindicações e, muitas das vezes, boas intenções. Se por um lado a região carece dessas políticas, por outro acredito que da maneira imediatista como alguns alunos de antropologia pensam em resolver os problemas sociais históricos da região, a própria antropologia acaba perdendo com isso, pois alguns projetos de antropologia caberiam melhor num curso de serviço social ou de outra área que não a antropologia” (Vieira 2010: 23).

Essas e outras diferenças manifestavam-se também em outras camadas de relações, dentro e fora da sala de aula. Eu mesma, quando retornei para a fronteira em 2010, voltava como *patroa*³² e possuía, de certo modo e em algumas relações, um corpo *estrangeiro*, intelectualizado e embranquecido³³ pelos privilégios que pude experimentar. A formação acadêmica, a experiência profissional e a circulação por espaços em nada

32 Termo comumente empregado em Tabatinga e Benjamin Constant para designar mulheres com ascendente posição social e/ou econômica. Por exemplo, médicas, professoras universitárias, pastoras, militares e vereadoras são chamadas de patroa.

33 Essa tentativa de articular estrangeirismo e branquitude se deve ao diálogo com os trabalhos de Candotti (2017a) que os emprega para descrever uma experiência distinta. Considerando sua trajetória de homem branco e “sudestino” em Manaus, o autor descreve “a posição do estrangeiro [na Amazônia como aquele] que não é capaz de entender a vida local e de se misturar a ela, e que, provavelmente, não demorará muito para ir embora”. Essa, evidentemente, não é a minha posição, marcada diferente pelo gênero, origem e destino. No entanto, meus movimentos para fora de Manaus e da Amazônia, assim como a volta como pesquisadora (e, depois, professora universitária), me aproximavam, em alguma medida, dessa posição *estrangeira* compartilhada por pesquisadores na região, em sua maioria homens brancos. Nesse caso, branco não diz respeito exclusivamente a cor da pele – o que definitivamente é uma marca relevante –, mas a outros elementos que a ela se somam, como status e renda, constitutivos da *branquitude* (que hoje, em alguma medida, também me compõe) e que produz corpos “mais sábios e inteligentes, mais civilizados e modernos, mais bonitos, brancos e cheirosos, mais trabalhadores e mais ricos” (Candotti 2017b).

periféricos produziram outras e novas experiências que se misturaram àquelas que antes me compunham. Embora filha de amazonense, pobre e criada em um dos bairros mais estigmatizados de Manaus, eu havia ingressado aos 17 anos em uma universidade pública e, desde então, obtido bolsas de estudo que me permitiram contribuir para o sustento da família e realizar o mestrado em importante universidade brasileira. Além disso, eu voltava ao Amazonas após cinco anos dedicados aos estudos de gênero, avaliação de políticas e segurança pública: primeiro como estudante de mestrado e, depois, como consultora de agências internacionais.

Por essa trajetória, e apesar dela, na ocasião do meu ingresso na carreira docente, eu ansiava abandonar os estudos de gênero e me concentrar nos estudos de práticas policiais e de controle para investigar a formação da Polícia Indígena do Alto Solimões (Mendes 2014). No entanto, poucos meses de trabalho foram suficientes para me dissuadir: uma a uma, chegavam a mim estudantes interessadas em “aprender sobre mulheres, direitos e gênero”. O fato é que, naquele momento, se eu não estava mais interessada nesse tema, aquelas estudantes estavam. E, não sem resistências, deixei-me, afinal, guiar por elas.

“Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para a terra Zande, mas os Azande tinham; de forma que tive de me deixar guiar por eles” (Evans-Pritchard 1978:300). Este excerto – inspirador naquilo que expõe sobre a tensão entre as diferenças e seus efeitos para a teoria antropológica – revela um tipo de relação diferente da que experimentei pelo vínculo e tensões produzidas entre prática docente, pesquisa e teoria antropológica. Se, como Evans-Pritchard, eu cedia aos interesses das estudantes; por outro lado, tanto eu como elas nos constituíamos pessoas marcadas, ao mesmo tempo, pela alteridade e pela identidade, pela diferença e pela semelhança. Eu era a professora *de fora*. Elas eram as estudantes *nativas*. Nossos interesses eram diferentes. Nossas posições na universidade e fora dela não eram socialmente equitativas. Mas algo nos permitia o mútuo reconhecimento e o estreitamento de laços de cuidado, afeto e afinidade.

Junto a elas me movi e pude observar por meio de suas descrições iniciantes e sagazes, o cotidiano de profissionais do sexo em Tabatinga (Lima 2010); o fluxo da justiça criminal em Benjamin Constant e Atalaia do Norte (Sangama 2011; Duarte 2011); os obstáculos enfrentados por parturientes peruanas no sistema de saúde brasileiro (Campos 2012); os efeitos locais de proposições legislativas para criminalização do “infanticídio” indígena (Maia 2014) ou contra a descriminalização do aborto (Tapudima 2014; Oliveira 2015); e, especialmente, as configurações locais de políticas de segurança pública, defesa nacional e proteção social desde a perspectiva de mulheres habitantes daquela região multiétnica e transnacional (Albuquerque 2013; Lopes 2013).

Nesse “engajamento com pessoas reais” (Ingold 2012)³⁴ forjei minha trajetória docente e de pesquisa e, como meus antepassados, vivi e percorri cidades e rios. Enquanto ensinava, aprendia e liderava projetos concentrados sobremaneira no estudo das relações de gênero, das violências e dos direitos humanos, reconhecia naquela “paisagem”³⁵ memórias e genealogias. O que para muitas pesquisadoras seria uma aventura amazônica e antropológica³⁶ teve para mim conotações diferentes.

Em que pesem meu embranquecimento e relativo estrangeirismo (cf. nota 32), eu era *patroa*, mas não era nem branca nem estrangeira – não no mesmo sentido que se atribuem aos homens brancos do sudeste do Brasil ou de outros países que chegam ao Amazonas com ascendente posição social e econômica, imediatamente associados a missionários, pesquisadores ou turistas, e sempre interpelados pela categoria acusatória “você não é daqui, é?” (Candotti 2017a). Além do mais, eu não estava ali apenas como pesquisadora, embora essa fosse uma de minhas principais atividades profissionais. Minha estadia prolongada não se limitava ao tempo de uma expedição para trabalho de campo, ainda que eu tenha vivenciado uma dezena delas. Como professora concursada, eu chegava para *habitar* a cidade e *viver* com aquelas pessoas; dentro e fora da sala de aula e da universidade; em contextos de pesquisa e de trabalho de campo, mas também fora deles.

Confesso que, por um certo tempo, pensei e intentei adotar um *modo-de-vida-trabalho-de-campo-full-time*, crendo, ingenuamente, que poderia viver e trabalhar sem imiscuir-me à vida das pessoas e da cidade, e sem que elas se imiscuissem à minha. Mais uma vez meus intentos foram desfeitos. E, desta feita, por uma inesperada visita: fim de tarde, encerradas as aulas, eu estava na sala de professores quando uma estudante entrou em minha sala, me chamou pelo nome completo e apresentou-se também com seu nome completo. Dividíamos o mesmo sobrenome, *Melo*. Disse-me, então, que era minha prima,

34 Essa forma de conhecimento “engajado”, como define Ingold (2012), é gestado no percurso da vida por encontros entre pessoas que penetram na experiência umas das outras.

35 Segundo a Enciclopédia de Antropologia da USP, “paisagens estão intimamente relacionadas à temporalidade; são histórias e nos oferecem modos de contar histórias mais profundas sobre o mundo. Mas “temporalidade” não se confunde com “cronologia”, sucessão regular de um tempo vazio e quantitativo, ou com “história”, entendida como série variada de eventos qualitativos que nunca se repetem; perceber a paisagem, para Ingold, corresponde a um ato de memória, relacionado ao engajamento e à circulação em um ambiente impregnado de passado”. (EA, Verbete Paisagem - Tim Ingold. Disponível em <http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>)

36 A expressão faz referência ao título do livro “A aventura antropológica: teoria e pesquisa” (1986), organizado por Ruth Cardoso. No contexto de emergência dos estudos urbanos no Brasil, a “valorização da pesquisa de campo” e a “preferência pelo microestudo” suscitaram “novos temas e novos impasses metodológicos” debatidos nessa coleção (Cardoso 1986: 13) em que a pesquisa antropológica é definida como uma aventura ao desconhecido.

a filha caçula de um dos meus tios. Expliquei-lhe que não era possível, pois meu único tio vivia em Manaus e desde criança não retornara ao Alto Solimões. Indagada sobre o nome de seu pai, a resposta da jovem desfez o mal-entendido: seu pai era uma das quatro crianças que estiveram no seringal do Vale do Javari com meus bisavôs Manoel e Sebastiana. Tio-avô, primos de segundo grau... a professora que lecionava a disciplina Organização Social e Parentesco acabara de descobrir novos enlaces em sua genealogia.

Enfim, mover-me pelos caminhos de minha ancestralidade familiar e por onde minhas linhagens acadêmicas produziam suas alteridades não foi uma aventura ao *outro* exótico, apartado e desconhecido, mas o reconhecimento de uma vida, a descoberta de uma rede de corpos e afetos de longa duração que revelaram a hibridez pela qual sou constituída.

Itinerários de pesquisa e de vida

Em meio a essa e outras descobertas, surgiu o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas, programa de extensão universitária que criei e coordenei por cinco anos. Sua proposição, na linguagem técnica dos projetos públicos, alinhava os interesses daquelas estudantes aos princípios do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (2010) e do Plano Nacional de Educação (2001). Do mesmo modo, reiterava a Política Nacional para as Mulheres (2011) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres (2007), especialmente no que se referia ao “fortalecimento do controle social” e das “redes de atenção às mulheres em situação de violência”. As reivindicações daquelas jovens estudantes – junto aos sagazes temas de pesquisa que elegiam, somados à minha experiência profissional e a uma conjuntura de financiamento público que atendia aos propósitos da “interiorização do ensino superior”, do “desenvolvimento regional” e da “equidade de gênero” – foram determinantes para a feição formal do projeto.

A constituição do *Observatório* era, portanto, indissociável das políticas de educação, de promoção da equidade de gênero e de combate à violência implementadas no Brasil naquele período. Esse contexto o tornou importante agente estatal e de intervenção social e, ao mesmo tempo, ferramenta eficaz para a produção de pequenos estudos antropológicos sobre violências de gênero, políticas de estado e para a formação de feministas. Nos permitiu principalmente a composição de um complexo mosaico etnográfico daquela região transfronteiriça, revelando contextos nos quais gênero (e outras marcas de diferença), violências, direitos e estado se articulavam de modo muito

peculiar e instigante³⁷.

Foi desse modo que continuei minhas viagens, percorrendo rios e cidades amazônicas. Em sentido oposto ao de meus antepassados, descii o Rio Solimões e, saindo de Benjamin Constant, chegamos à cidade de Amaturá em julho de 2012. Em dois anos, percorremos toda a calha do Alto Rio Solimões, permanecendo de uma a duas semanas em cada uma das suas nove cidades. Em 2013, aportamos no Baixo Rio Amazonas, passando pelas cidades de Maués e Parintins. Dois anos depois, estávamos em São Gabriel da Cachoeira, na região amazônica do Alto Rio Negro. Em cinco anos de pesquisa e intervenção, atuamos em 17 dos 62 municípios amazonenses; navegamos pelos rios Solimões, Negro e Amazonas e percorremos cidades que abrangem mais de 500 mil km² e uma população estimada em pouco menos de 600 mil habitantes (IBGE, 2015).

Eu não viajava sozinha. Um grupo de estudantes me acompanhava a cada expedição. Não se tratava de uma aula convencional de antropologia, nem do *tradicional* trabalho de campo, quase sempre solitário. Essas não eram as minhas primeiras viagens de barco ou de pesquisa, mas, definitivamente, as experiências anteriores de navegação, a formação acadêmica e os poucos anos de pesquisa e docência não haviam me preparado para a prolongada excursão e incursão que experimentamos.

Com o passar do tempo, e no desenrolar de nossas atividades, algo intrigante emergia da fricção entre os objetos investigados, nossa atuação pública, as trajetórias das estudantes e a minha própria. A cada seção de estudo surgiam, em verdadeiras catarses, relatos de violências – sempre carregados de muita emoção – vividos pelas participantes do projeto. A escuta de seus relatos em nossos espaços de formação *acadêmica* nos aproximava de uma forma inusitada e estabelecia formas de comunicação e afeto que eu nem sempre pude explicar. Às teorias estudadas, misturavam-se fragmentos de histórias de vida e relatos confessionais de como aquelas mulheres construam rupturas com relações violentas, conjugais e familiares, ensaiavam atuações políticas e reinterpretavam as suas práticas, o feminismo e a teoria antropológica. Pouco a pouco, descobríamos que nossos caminhos, e o entrelaçamento deles, teciam um experimento de universidade, de antropologia e de feminismo no qual os limites do “distanciamento”, da “objetividade” e da

37 Durante cinco anos, todas as estudantes envolvidas no *Observatório* foram beneficiadas com bolsa de estudos. Como a maioria delas era composta por mães e trabalhadoras, esse auxílio era indispensável para a subsistência de suas famílias e para garantir a permanência na universidade e a continuidade dos estudos, inclusive na pós-graduação. De 2012 a 2016, realizamos 09 projetos de iniciação científica, 01 projeto de inovação tecnológica e 17 trabalhos de conclusão de curso. Três dessas estudantes ingressaram em programas de pós-graduação – uma delas no doutorado, e duas tornaram-se professoras na Ufam. Infelizmente, sabemos, essas políticas têm sido interrompidas no Brasil e os investimentos drasticamente reduzidos nos últimos anos, especialmente para políticas de equidade de gênero na área da educação.

“militância” eram continuamente borrados.

Souza (2014), uma das primeiras integrantes do *Observatório*, analisou sua trajetória na universidade. Em uma narrativa minuciosa, descreveu o que denominou de a “redescoberta de si e da violência”, em um emblemático enredo dos conflitos impostos pelo fazer antropológico e pelo reconhecimento de suas vivências.

A leitura me deu uma espécie de flash, lembrei de coisas que aconteceram comigo e que eram discutidas no texto como sendo violência contra mulher. Saía da leitura, da conversa e ficava pensando e lembrando situações. Raiva, repulsa, eram sentimentos que se misturavam dentro de mim. Foi a partir dessa primeira leitura que passei a entender muitos momentos de minha vida em que havia sofrido violência. Passei então a me apropriar das leituras e do aprendizado tanto na universidade como em outros espaços para me assegurar e reconhecer algumas situações do meu dia-a-dia (Souza 2014:21).

O trabalho do tempo na minha experiência foi se revelando na medida em que passo por um processo de descoberta e aquilo que entendia como violência, que estava guardado, se mistura às novas descobertas e se torna objeto da linguagem. Do silêncio absoluto e da ocultação da experiência, passo a, paulatinamente, rememorar e falar sobre as minhas vivências após ser confrontada com as vivências das mulheres com quem me encontrei no trabalho de campo. Essa experiência despertou em mim o interesse de me sentir conhecedora de meus direitos e poder, eu mesma, fazer algo por mim e talvez por outras pessoas (Souza 2014:18).

Em suas palavras, a participação no projeto havia se configurado um espaço de percepção e nomeação das experiências vividas como violentas, e do reconhecimento de si como “sujeito de direitos”, como mulher “comprometida politicamente” (Souza 2014: 20). De certo modo, essa experiência parecia cumprir o papel de instrumentalizar a nomeação de experiências e acionar uma certa “gramática de direitos” (Vianna 2013) notada em processos de fronteirização (Albuquerque 2009) como aquele do qual o *Observatório* havia se tornado partícipe.

Esse era um processo ambíguo. Ao descrever a si mesma por meio das palavras “estrangeiras” aprendidas na universidade, e “sussurradas” ao seu ouvido pelas teorias antropológicas e feministas, Souza (2014) se apropriava, transformava-as e lhes conferia novas formas e sentidos. Tornava-se de fato “dona” daquelas palavras, tal como defendeu Simião (2015:251) ao mencionar a participação de crianças em campanhas contra a violência de gênero no Timor Leste. Essa experiência me interpelava continuamente.

Por se tratar de esforço hercúleo (e por que não dizer, também, violento e desleal aos interesses daquelas estudantes?), as emoções não foram ignoradas ou afastadas do nosso experimento etnográfico. Ao contrário, passamos a integrá-las a nossas pesquisas, incorporá-las às nossas descrições e a buscar, quiçá, meios para nos movimentar entre os percursos que nos compunham e experimentar grafias e teorias coerentes a esses movimentos.

Nossos percursos individuais e coletivos nos situaram em constantes trânsitos e produziram deslocamentos entre teorias e agências, identidades e institucionalidades, trajetórias e experiências. E, nessa zona de tensão e de fronteira, tenho permanecido. Reconhecer a paisagem, singrar os mesmos rios navegados por meus antepassados, rever os traços de meus caminhos, reencontrar aquela paisagem em diferentes temporalidades, rememorar minha ancestralidade e me entrelaçar às experiências das estudantes com quem me movi, transformou a minha relação com a antropologia e com o feminismo. As vivências compartilhadas me permitiram experimentar um fazer antropológico que somente agora começo a compreender em todo o seu potencial de generosidade, crítica e abertura. Um fazer vivido no percurso e no trânsito, no fazer-se em contínuo movimento. Mais tarde, compreendi que aquela experiência passava necessariamente pela “possibilidade de unir tudo o que estava separado” (Anzaldúa 1987: 706) e por especular a potência dessa escolha.

Para cada fronteira, uma ponte

Neste artigo, escrevi sobre o declínio precoce de um projeto profissional interpelado e subvertido pelos interesses das estudantes de antropologia com quem trabalhei por seis anos. Como guias generosas, aquelas mulheres me conduziram a itinerários percorridos coletivamente (não era possível fazê-los de outra maneira). Nos movimentos que experimentávamos, hesitantes, nossas vidas foram fortemente implicadas umas pelas outras. Com elas – na universidade, em suas casas e com suas famílias – reencontrei lugares comuns, como os seringais e os internatos religiosos; reconheci sabores familiares, como dos alimentos preparados por minha avó e tias; compartilhei dolorosas vivências como as violações domésticas, a pobreza e o luto; enfrentei constrangimentos acadêmicos, assédio moral e uma gama de entraves burocráticos que engessavam a nossa atuação.

Éramos todas pesquisadoras, em diferentes momentos de nossa formação, e compartilhávamos do desejo de aprender e fazer com que essa tal antropologia tivesse sentido em nossas vidas. Mas não nos contentávamos com um saber/fazer alijado. A

experiência etnográfica que buscávamos exigia um engajamento tal que nos permitisse compreender as formas de comunicação e afetação propiciadas pelo nosso encontro. Que nos permitisse reconhecer como nossos corpos e percursos se transformavam em constante movimento. Que nos ajudasse a enfrentar os conflitos produzidos por nossas diferenças. E a descobrir e respeitar as diferentes formas de descrever o que descobríamos, cada uma a seu modo.

Esse estar a meio caminho não me parece uma posição a ser ignorada no fazer antropológico, ao contrário, se devidamente refletida, quiçá, nos permitirá descobrir e valorizar as formas de conhecimento que essa experiência tem tornado possível. A tarefa de atribuir lugar capital e produtivo para o hibridismo, a contradição e a ambivalência de processos de vida, de ensino e de pesquisa – como os aqui descritos – me parecem provocar – como a “*conciencia mestiza*” de Anzaldúa – uma “fonte de dor intensa”, uma perturbação da qual decorrem movimentos desestabilizadores, mas, e ao mesmo tempo, potentes, profícuos e criativos para uma nova teoria etnográfica, ainda amorfa e inominada. “Estoy norteadada por todas las voces que me hablan simultáneamente” (Anzaldúa 1987: 704).

Referências

- ALBUQUERQUE, Lindomar. 2009. “A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais”. *Horizontes antropológicos*, (15)31, pp. 137-166.
- ALBUQUERQUE, Rodrigo Andrade. 2013. *Cotidiano da Polícia Militar do Amazonas em Benjamin Constant/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas.
- ANZALDUA, Gloria. 1987. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco, California: Aunt Lute Books.
- ANZALDUA, Gloria. 2000. *Interviews/Entrevistas*. New York: Routledge.
- BASTOS, Cristiano. 2006. “Federal do Amazonas recebe R\$ 2 milhões para abrir área de antropologia”. Portal do Ministério da Educação, 22/08/2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>
- CAMPOS, Ana Maria de Mello. 2012. *Dilemas da maternidade: assistência a grávidas na rede municipal de saúde de Benjamin Constant/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas.
- CANDOTTI, Fabio M. 2017a. “Sobre linhas de segmentação “amazônicas”: dispositivos de saber e movimento”. In: *Seminário Permanente Gênero e Territórios de Fronteira*. Mesa 4 Gênero, Relação e Reconceitualização de Fronteira. 2 de junho de 2017. Disponível em <http://cameraweb.cuec>.

- CANDOTTI, Fabio M. 2017b. "Algumas ideias para uma analítica descolonial da Amazônia". In: *Seminário Internacional Gênero e Territórios de Fronteira*. Mimeo.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. 1988. *A aventura antropológica*. São Paulo/SP: Paz & Terra.
- CARSTEN, Janet. 2014. "A matéria do parentesco". *R@U*, 6 (2), jul./dez., pp. 103-118.
- DUARTE, Helena. 2011. *A atuação do 46º DP no atendimento à violência doméstica e familiar contra mulher no município de Atalaia do Norte/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. 1978. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GREGORIO, Vitor Marcos. 2009. "O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX". *Nova economia*, (19) 01, pp. 185-212.
- HATOUM, Milton. 2000. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- INGOLD, Tim et al. 2012. "Diálogos vageiros: vida, movimento e antropologia". *Ponto Urbe* [Online], 11.
- INGOLD, Tim. 2000. *The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge.
- INGOLD, Tim. 2011. *Being Alive: Essays on movement, knowledge and description*. Londres: Routledge.
- INGOLD, Tim. 2015. *Estar Vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes.
- LAPLANTINE, François & NOUSS, Alexis. 1997. *Le métissage*. Paris, Flammarion.
- LIMA, Bagdala Cajueiro. 2010. *Fazendo babado: estudo do cotidiano das profissionais do sexo em Tabatinga/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas,.
- LIMA, Frederico. 2013. *Os soldados da borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado. PPGH, Universidade Federal do Amazonas.
- LOPES, Elane. 2013. *A relação do serviço social e o cliente no Hospital de Guarnição de Tabatinga*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas.
- MAGUTA. 1988. *A Lágrima Ticuna é Uma Só*. Maguta - Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões/Museu Nacional/CEDI.
- MAIA, Ester Francisca Olindina Mesquita Gomes Lopes. 2014. *Dilemas da adoção: estudo antropológico sobre um processo de adoção de indígena em Atalaia do Norte/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas.
- MARQUES, Adriana A. 2007. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese de doutorado. PDCP, Universidade de São Paulo.
- MENDES, Mislene. 2014. *A trajetória da Polícia Indígena do Alto Solimões: política indigenista e etnopolítica entre os Ticuna*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Universidade

Federal do Amazonas.

MOUTINHO, Laura. 2004. "Raça, Sexualidade e Gênero na Construção da Identidade Nacional: Uma Comparação entre Brasil e África do Sul". *Cadernos Pagu* (UNICAMP), São Paulo, 23, pp. 56-88.

OLIVAR, Jose Miguel Nieto. & MELO DA CUNHA, Flávia. 2018. "Gender, narratives and perspectives: notes toward an anthropological understanding of government on the border between Brazil, Peru and Colombia". Special Journal Edition Gender Studies and Borderlands. *Eurasia Border Review*, vol. 09, pp. 87-108.

OLIVEIRA, Rosana Lima de. 2015. *Entre a prática e a legalidade: análise de diferentes percepções sobre o aborto*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas.

PRATES, Rodolfo & BACHA, Carlos. 2011. "Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia". *Economia e Sociedade*, v. 20, n. 3 (43), pp. 601-636.

RANGEL, Alberto. 2001[1908]. *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas.

REIS, Arthur César Ferreira, 1989. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas.

SANGAMA, Vanuza. 2011. *Fatos e dramas: O papel do sistema de justiça na solução de conflitos de gênero Benjamin Constant/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas.

SILVA, Zenete Ruiz da. 2011. *Práticas pedagógicas interculturais na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru: um estudo na Escola Estadual Marechal Rondon*. Dissertação de mestrado. PPGE, Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Rizonete Gomes de. 2014. *De pesquisadora a sujeito da pesquisa: como ser uma sem ser outra*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas.

STOLKE, Verena. 2008. "Los mestizos no nacen sino que se hacen". In: STOLKE, Verena. *Identidades ambivalentes en América Latina* (siglos XVI-XXI). Barcelona: Edicions Bellaterra.

TAPUDIMA, Raimunda Cardoso. 2014. *Aborto: a lei e o silêncio*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Amazonas.

TAVARES, Fátima et al. 2010. *Experiências de ensino e prática em Antropologia no Brasil*. Brasília/DF: Ícone Gráfica e Editora.

TRAJANO, Jose Maria. 2010. "Bacharelado em antropologia em Benjamin Constant, Amazonas". In: TAVARES, Fátima et al. *Experiências de ensino e prática em Antropologia no Brasil*. Brasília/DF: Ícone Gráfica e Editora.

Recebido em 06 de junho de 2018.

Aceito em 22 de agosto de 2018.